



Handwritten signatures and initials in blue and black ink.

CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA

Entre:

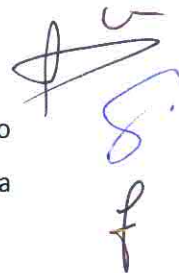
O MUNICÍPIO DE CANTANHEDE, pessoa coletiva nº 506.087.000 com sede na Praça Marquês de Marialva, Cantanhede, adiante designado por “Município” ou “CMC”, devidamente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, João Carlos Vidaurre Pais de Moura, em cumprimento da deliberação da Câmara de 2013-12-27;

E

INOVA- Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.,S.A., pessoa coletiva nº 506.091.481, com sede em Zona Industrial de Cantanhede, adiante designada por INOVA, representada para o efeito por António do Patrocínio Alves, na qualidade de Presidente do conselho de Administração, Serafim Castro Pires e Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira na qualidade de Administradores, em cumprimento da deliberação do Conselho de Administração de 2013-12-19;

Considerando que:

- A. É da responsabilidade dos órgãos municipais a prossecução das atribuições legalmente atribuídas aos Municípios no sentido de promover a eficiência e a eficácia da gestão pública assegurando os direitos dos administrados, decorrentes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- B. Nesse sentido, o Município de Cantanhede, em Abril de 2002, procedeu à criação de uma empresa municipal, a INOVA, ao abrigo da Lei nº58/98, de 18 de agosto, tendo-lhe atribuído e delegado as seguintes tarefas e obrigações do Município constantes das alíneas a), c), f), i), l), n) e o) do nº 1 do artigo 13.º e dos artigos 16º,18º,21º, 24º, 26º, 28º e 29.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro;
- C. Decorrente da Lei nº50/2012, de 31 de agosto, lei que define o regime da atividade empresarial local e das participações locais, em particular dos seus artigos 6º, 45º e 48º, o objeto social da INOVA foi reduzido às áreas efetivamente por si desenvolvidas e contém atividades que se enquadram no âmbito da prestação de serviços de interesse geral e do desenvolvimento local, adiante referido, nomeadamente o abastecimento público de água, o saneamento de águas residuais urbanas e a gestão de resíduos urbanos;



- D. A referida Lei determina no artigo 35º que as empresas locais que prossigam atividade no âmbito dos setores regulados ficam sujeitas aos poderes de regulação da respetiva entidade reguladora;
- E. Face ao Decreto-lei nº194/2009, de 20 de agosto, diploma que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, aquelas atividades se incluem no âmbito de setores regulados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR) pelo que se assumem como objeto deste contrato;
- F. O referido Decreto-lei prevê no artigo 20º a obrigatoriedade de celebração de um contrato de gestão delegada entre a entidade titular dos serviços (Município) e a entidade delegatária (INOVA), aí estabelecendo o conteúdo do mesmo, o prazo de vigência e as obrigações da entidade delegatária;
- G. É missão da INOVA garantir a um custo socialmente aceitável a qualidade dos serviços públicos municipais de abastecimento de água, águas residuais e resíduos urbanos, bem como garantir que todas as restantes atribuições delegadas pelo Município de Cantanhede são desenvolvidas com critérios de eficácia e eficiência, promovendo-se a qualidade de vida das populações e obedecendo-se a critérios de sustentabilidade económico-financeira e ambiental;
- H. É propósito de ambas contribuir na medida das suas atribuições, para o cumprimento dos objetivos do Plano Estratégico Nacional dos Serviços de Águas e Águas Residuais 2020 (PENSAAR 2020), do Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA) e do Plano Nacional da Água (PNA);
- I. De igual modo, no cumprimento e respeito dos princípios anteriormente enunciados, é firme intenção de ambas as entidades contribuir para os objetivos estratégicos do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), bem como das metas previstas do regime geral aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos, estabelecidas pelo Decreto-lei nº 73/2011, de 17 de junho, nomeadamente:
- I. Reforço da consciencialização dos munícipes e dos operadores económicos visando a adoção de comportamentos mais adequados na gestão dos resíduos;

Handwritten signature and initials in blue ink.

- II. Diminuição da quantidade de resíduos indiferenciados produzida por habitante, promovendo projetos piloto como a compostagem doméstica em escolas e jardins de moradias e uma maior participação na recolha seletiva;
- III. Reforço da capacidade de intervenção da gestão municipal, sobretudo ao nível do controlo operacional e do apoio aos munícipes e operadores económicos, no que diz respeito à gestão de resíduos;
- IV. Renovação do seu Sistema de Gestão Ambiental.

As diversas intervenções previstas para o serviço de recolha de RU visam garantir o cumprimento do normativo aplicável e a elevada qualidade de serviço, estando previstas as intervenções de acordo com o quadro seguinte as quais assentam nos seguintes eixos de atuação previstos no PERSU 2020:

- I. Prevenção – redução da quantidade e perigosidade dos resíduos;
 - II. Sensibilização e mobilização dos cidadãos enquanto consumidores e agentes económicos;
 - III. Qualificação e otimização da gestão dos resíduos, através da otimização e sustentabilidade do sistema do reforço das infraestruturas e equipamentos;
 - IV. Sistema de informação como pilar de gestão dos RU;
 - V. Qualificação e otimização da intervenção
- J. Sem embargo de as competências quanto a recolha seletiva pertencerem à ERSUC concessionária do Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha Seletiva, Valorização e Tratamento de resíduos urbanos do Litoral Centro e do facto de o Município ser um dos associados daquele sistema multimunicipal, a INOVA e a ERSUC poderão articular formas de atuação, no respeito pelas suas atribuições, tendentes a tornar mais eficaz a recolha seletiva na área do Município de Cantanhede e aumentar as percentagens de recicláveis recolhidos por aquela.
- K. Devem ter-se em conta as várias recomendações emitidas pela ERSAR enquanto entidade reguladora, sejam as eminentemente técnicas sobre a qualidade da água, sejam as tarifárias ou a que estabelece os conteúdos das faturas, bem como as especificações do sistemas correspondentes à 2.ª geração de avaliação da qualidade dos serviços de



Handwritten signature and initials in blue ink.

abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos prestados pelas entidades gestoras sujeitas a regulação, constantes do *"Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores - 2.ª geração do Sistema de avaliação"* ou outras dimanadas da entidade reguladora no âmbito das suas competências de regulador económico, da qualidade do produto água e da qualidade de serviço;

- L. Foi obtido parecer da ERSAR sobre este contrato nos termos legalmente estabelecidos, em 2013-08-23;

É celebrado o presente Contrato de Gestão Delegada, doravante designado por CONTRATO, mutuamente aceite, que se rege pelas seguintes cláusulas e anexos aí mencionados, do qual fazem parte integrante:

Capítulo I

Disposições e Princípios Gerais

Cláusula 1ª

(Definições)

- a) **Água para consumo humano:** água tal como definida na alínea b) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, ou legislação que o venha a substituir;
- b) **Água para consumo público:** água para consumo humano, bem como a destinada a outras atividades, designadamente água para o processo industrial, para rega de espaços públicos ou privados, para lavagem de arruamentos e outros espaços, que não tenha cumprir os parâmetros e respetivos valores definidos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, ou legislação que o venha a substituir;
- c) **Águas residuais domésticas:** as águas residuais de serviços e instalações residenciais, essencialmente provenientes do metabolismo humano e de atividades domésticas;
- d) **Águas residuais industriais:** as águas residuais provenientes de qualquer tipo de atividade que não possam ser qualificadas como águas residuais domésticas nem sejam águas pluviais;

Handwritten signature and initials in blue ink.

- e) **Águas residuais urbanas:** a mistura de águas residuais domésticas com águas residuais industriais e/ou águas pluviais quando estas não possam ser drenadas na rede de coletores unitários;
- f) **Contrato de utilização:** o contrato de fornecimento e/ou de recolha celebrado, no âmbito do presente Contrato, entre a INOVA e qualquer pessoa singular ou coletiva, pública ou privada, que seja proprietária, usufrutuária, locatária ou titular de outro direito real ou de crédito que lhe confira o gozo sobre o imóvel, ou seja, com os utilizadores finais, pelo qual é estabelecida uma relação de prestação dos serviços de águas, de saneamento ou de recolha de RU de duração indeterminada ou a termo, envolvendo a disponibilização de infraestruturas dos sistemas.
- g) **Destino final:** último operador ou operador intermédio autorizado a receber qualquer tipo de resíduos e proceder ao seu tratamento.
- h) **Deposição:** acondicionamento dos resíduos urbanos nos locais ou equipamentos previamente determinados pela Entidade Gestora, a fim de serem recolhidos;
- i) **Entidade gestora:** a entidade a quem compete a gestão dos sistemas de abastecimento, de saneamento ou de gestão de resíduos em relação direta com os utilizadores finais;
- j) **Entidade delegatária:** a entidade que nos termos da lei ou de contrato com a entidade titular, tem a obrigação de gerir os sistemas públicos de águas e resíduos nos termos aí estabelecidos;
- k) **Entidade titular:** a entidade que, nos termos da lei, tem por atribuição assegurar a provisão dos serviços de águas e resíduos, de forma direta ou indireta;
- l) **EVEF:** Estudo de Viabilidade Económico-financeira;
- m) **Infraestruturas:** as redes públicas de abastecimento de água, as redes públicas de saneamento, os ramais de ligação, os reservatórios e, quando aplicável, as captações, os interceptores, os emissários, as estações de tratamento e as estações elevatórias e os equipamentos de deposição, recolha e depósito temporário de RU;
- n) **Resíduo Urbano ou RU:** o resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações

Handwritten signature and initials in blue ink.

- o) **Ramais domiciliários de abastecimento de água:** troços de canalização e respetivos acessórios que fazem a ligação desde a rede pública de distribuição até ao limite da propriedade ou entre esta e qualquer dispositivo terminal de utilização instalado na via pública;
- p) **Ramais domiciliários de águas residuais:** troços de canalização que fazem a ligação desde o limite da propriedade até à rede pública;
- q) **Resíduo:** qualquer substância ou objeto de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou obrigação de se desfazer;
- r) **Serviços auxiliares:** os serviços tipicamente prestados pelas entidades gestoras, de carácter conexo com os serviços de águas ou resíduos, mas que pela sua natureza, nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, ou de resultarem de incumprimento contratual por parte do utilizador, devem ser objeto de faturação específica;
- s) **Sistemas:** para efeito deste contrato significa a referência conjunta ao sistema público de abastecimento de água, ao sistema público de drenagem de águas residuais urbanas e ao sistema público de resíduos urbanos;
- t) **Sistemas prediais:** Sistemas prediais de distribuição de água e de drenagem de águas residuais constituídos por redes de distribuição de água e de drenagem de águas residuais instaladas nos prédios e que prolongam o ramal de ligação até aos dispositivos de ligação.
- u) **Sistema público de abastecimento de água ou «rede pública», «SAA»:** Sistema de canalizações, órgãos e equipamentos, destinados à distribuição de água para consumo humano, instalado, em regra, na via pública, em terrenos da Entidade Gestora ou em outros, cuja ocupação seja do interesse público, incluindo os ramais de ligação às redes prediais;
- v) **Sistema público de drenagem de águas residuais urbanas ou «rede pública», «SAR»:** Sistema de canalizações, órgãos e equipamentos destinados à recolha, transporte e destino final adequado das águas residuais, em condições que permitam garantir a qualidade do meio recetor, instalado, em regra, na via pública, em terrenos da Entidade Gestora ou em outros, cuja ocupação seja do interesse público, incluindo os ramais de ligação às redes prediais;

- w) **Sistema público de resíduos urbanos** ou «SRU»: Sistema de contentores e equipamentos para a deposição, recolha, transporte e armazenamento temporário de resíduos, colocados na área do Município sob gestão da Entidade Gestora;
- x) **Tarifário**: conjunto de valores unitários e outros parâmetros e regras de cálculo que permitem determinar o montante exato a pagar pelo utilizador final à Entidade Gestora em contrapartida do serviço;
- y) **Tarifa fixa**: valor aplicado em função de cada intervalo temporal durante o qual o serviço se encontra disponibilizado ao utilizador final, visando remunerar a Entidade Gestora por gastos fixos incorridos na construção, conservação e manutenção dos sistemas necessários à prestação do serviço;
- z) **Tarifa variável**: valor ou conjunto de valores unitários aplicável em função do nível de utilização do serviço, em cada intervalo temporal, visando remunerar a Entidade Gestora pelo remanescente dos gastos incorridos com a prestação do serviço.
- aa) **Titular do contrato**: qualquer pessoa individual ou coletiva, pública ou privada, que celebra com a Entidade Gestora um Contrato, também designada na legislação aplicável em vigor por utilizador ou utente;
- bb) **Utilizador final**: pessoa singular ou coletiva, pública ou privada, a quem seja assegurado de forma continuada o serviço de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de recolha de RU e que não tenha como objeto da sua atividade a prestação desse mesmo serviço a terceiros, podendo ser classificado como:
- I. Utilizador doméstico: aquele que use o prédio urbano servido para fins habitacionais, com exceção das utilizações para as partes comuns, nomeadamente as dos condomínios;
 - II. Utilizador não doméstico: aquele que não esteja abrangido pela subalínea anterior.

Cláusula 2ª

(Conteúdo)

1. O Município delega na INOVA, em regime de exclusivo, a exploração e a gestão do SAA, do SAR, e do SRU.

2. Não se incluem no SAA os fontanários por não satisfazerem os requisitos do disposto na parte final da alínea a) do nº1 do artigo 2º do Decreto-lei nº194/2009, de 20/08, nem a rede de águas pluviais.
3. A delegação terá a configuração constante das cláusulas seguintes e dos anexos aí referidos quanto aos planos de investimento em cada sistema, aos tarifários, à estratégia de gestão, ao estudo de viabilidade económico-financeira e aos indicadores a atingir.
4. Fazem parte integrante do conteúdo do contrato as plantas anexas indicativas da localização das infraestruturas dos sistemas e uma relação das mesmas.
5. O Município é associado do sistema multimunicipal ERSUC. Nessa qualidade transfere para a INOVA a posição de utilizador deste sistema multimunicipal, com a correspondente obrigação de assunção dos gastos com o serviço prestado por este.

Cláusula 3ª

(Objeto)

1. O espaço territorial abrangido pela delegação é toda a área do Município de Cantanhede. São autorizadas situações pontuais de fornecimento dos serviços a Municípios limítrofes.
2. As atividades relativas ao conteúdo da delegação, são todas as necessárias à realização do mesmo, nomeadamente a distribuição de água para consumo público aos utilizadores, a qual integra a captação e o tratamento de água para essa finalidade, bem como a recolha, tratamento e rejeição ou entrega a operador autorizado de águas residuais canalizadas pelos utilizadores, e ainda a recolha, transporte ou armazenamento temporário e entrega a operador autorizado dos RU nas situações em que a produção diária não exceda 1100 litros por produtor.
3. As atividades indicadas abrangem os seguintes procedimentos:
 - a. Conceber, projetar, construir ou adquirir infraestruturas ou bens e serviços necessários à gestão e exploração dos serviços dos SAA, SAR e SRU, por administração direta ou por qualquer das formas de subcontratação legalmente previstas;
 - b. Controlar os parâmetros de qualidade da água para consumo humano distribuída e os parâmetros sanitários das águas residuais recolhidas e entregues a Entidade Gestora em

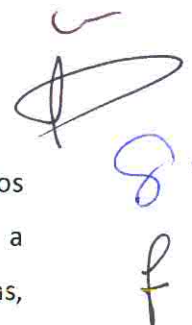
alta, ou, quando aplicável, tratadas em instalações próprias, bem como, nesse caso, dos meios recetores em que sejam descarregadas.

- c. Recolher ou receber RU, proceder ao seu armazenamento temporário, quando for caso disso, e transportá-los a destino final.
4. A INOVA pode exercer outras atividades ou atividades materialmente idênticas à atividade principal, de natureza complementar ou acessória, desde que tal não prejudique o exercício daquela, possibilitando uma mais-valia aos utilizadores dos serviços de águas e uma utilização mais eficiente dos recursos afetos ao presente Contrato.
5. Os serviços a que se refere este contrato foram assumidos pela INOVA desde a sua criação que continuará a assumi-los nos termos dos seus estatutos e do presente contrato.
6. De acordo com o n.º 3 do artigo 23.º dos estatutos da INOVA, a empresa obriga-se a manter sistemas de contabilidade analítica que permitam a identificação dos rendimentos e gastos relativamente a cada uma das atividades exercidas e do património afeto a cada uma delas e que servirão de base ao cálculo das tarifas a praticar pela prestação de serviço.

Cláusula 4ª

(Regime de contrato de gestão)

1. A INOVA obriga-se a assegurar, nos termos do presente contrato, de forma regular, contínua e eficiente, a captação, tratamento e distribuição de água para consumo público aos utilizadores bem como, nos mesmos termos, a recolha de águas residuais dos utilizadores e a sua entrega a operador autorizado ou proceder ao respetivo tratamento e rejeição, a recolha, o transporte e o destino final de lamas de fossas sépticas individuais, bem como a assegurar a contínua recolha e transporte de RU a destino final.
2. São utilizadores dos sistemas os definidos na alínea bb) da cláusula primeira.
3. As situações pontuais previstas no ponto um da cláusula terceira podem admitir utilizadores que também tenham nas suas atividades a prestação desse mesmo serviço a terceiros.
4. Os utilizadores são obrigados a ligar-se às redes do SAA e/ou do SAR bem como utilizar os serviços do SRU, devendo, para o efeito, celebrar contratos de utilização com a INOVA.



5. O incumprimento da obrigação de ligação das redes prediais às infraestruturas dos sistemas, nos termos dispostos nos regulamentos de exploração dos serviços origina a instauração de processos de contraordenação com possibilidade de aplicação de coimas, nos termos previstos nesses regulamentos municipais.
6. A obrigação de ligação prevista nos números anteriores determina ainda o dever de desafetação dos sistemas de abastecimento particular de água para consumo humano, bem como dos sistemas particulares de disposição de águas residuais domésticas na água ou no solo, nos termos dos referidos regulamentos e como previsto no n.º 3 do artigo 44.º e no n.º 4 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio.
7. Quando, nas situações previstas no número anterior, se não tenha verificado a desativação dos sistemas particulares, os regulamento e tarifários consagrarão designadamente, regras específicas para a medição e pagamento dos serviços prestados.

Cláusula 5ª

(Prazo)

A delegação dos serviços na entidade delegatária já se verifica desde 2002, assumindo esta a continuidade de delegação dos mesmos a partir de 01-01-2014, e manter-se-á em vigor até 31 de Dezembro de 2028, sendo os aspetos constantes das cláusulas 11ª, 12ª, 14ª, 16ª e 20ª, definidos vinculativamente até 31 de Dezembro de 2018.

Cláusula 6ª

(Características e quantidade da água distribuída e das águas residuais recolhidas)

1. A INOVA é responsável pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor relativas à garantia da qualidade da água para consumo humano,
2. A INOVA recolherá as águas residuais provenientes dos utilizadores domésticos, em regra, sem dependência do seu tratamento prévio. Os consumidores não domésticos poderão ser obrigados a tratamento prévio antes da receção pela INOVA na medida em que incumpram os parâmetros estabelecidos na lei ou no regulamento municipal respetivo e que, pela sua natureza ou quantidade, ponham em causa a conservação ou capacidade do próprio sistema e/ou pagamento de tarifas diferenciadas.

✓
A
8
f

Cláusula 7ª

(Regulamentos dos serviços)

1. Os serviços a prestar referentes aos SAA, SAR e SRU, as obrigações e poderes da INOVA são delimitados no presente contrato, constando de regulamentos municipais autónomos, aprovados pelo Município e estabelecidos nos termos do Decreto-lei nº194/2009, de 20 de agosto e da Portaria nº34/2011, de 13 de janeiro, as matérias atinentes às relações entre a INOVA e os utilizadores dos sistemas.
2. Aqueles contemplam, pelo menos, as seguintes matérias:
 - a. Princípios gerais de serviços públicos respetivos;
 - b. Normas técnicas relativas aos sistemas prediais e à ligação às infraestruturas do sistema;
 - c. Regras de utilização dos serviços, nomeadamente condições de aceitabilidade das águas residuais industriais, métodos de controlo e verificações da INOVA e de autocontrolo pelos utilizadores;
 - d. Regras de utilização dos serviços de resíduos, sua deposição e recolha face ao tipo de resíduos, e sua aceitação no Ecocentro Municipal.
 - e. Regras de relacionamento entre a INOVA e os utilizadores, incluindo o processo de tramitação dos requerimentos, reclamações e notificações;
 - f. Definição do modo de prestação dos serviços, nomeadamente no que respeita à qualidade e à continuidade;
 - g. Estrutura tarifária e definição do modo de aplicação das tarifas;
 - h. Definição do regime de contraordenações, medidas cautelares e sanções aplicáveis pelo MUNICÍPIO;
 - i. Regras sobre instrumentos de medição e níveis de utilização dos serviços e sua faturação;
 - j. Regras sobre informações aos clientes.

Capítulo II

Dos Bens e Meios afetos ao Contrato de Gestão Delegada

Cláusula 8ª

(Bens, responsabilidades e relações jurídicas afetos ao contrato de gestão)

1. Consideram-se afetos à atividade da INOVA, integrando os sistemas cuja gestão e exploração lhe são cometidas pelo presente contrato, os bens contantes do anexo VIII, nomeadamente:
 - a. As infraestruturas relativas à exploração, designadamente, o sistema de captação de água, a estação de tratamento de água, a rede de adução de água para consumo público, as redes domiciliárias de distribuição de água e de saneamento de águas residuais, os ramais de ligação e as demais infraestruturas associadas, os coletores, os emissários, os depósitos de água, as estações elevatórias, as estações de tratamento de águas residuais, a rede de contentores de RU e respetivos suportes, os pilhões, as plataformas subterrâneas, os oleões e o Ecocentro;
 - b. Os equipamentos necessários à operação das infraestruturas e ao controlo de qualidade da água captada e distribuída e ao controlo da qualidade das águas residuais recolhidas e do respetivo tratamento e rejeição, bem como equipamentos para recolha e transporte de resíduos;
 - c. Todas as obras, máquinas e aparelhagem e respetivos acessórios utilizados para a exploração, para a manutenção e para a gestão dos sistemas, não referidos nas alíneas anteriores.
2. As infraestruturas consideram-se integradas nos sistemas, para todos os efeitos legais, desde a aprovação dos projetos para construção.
3. Desde que diretamente relacionados com a atividade principal da INOVA, consideram-se ainda afetos ao contrato de gestão, integrando os sistemas:
 - a. Todos os imóveis adquiridos ou cedidos por via do direito privado ou mediante expropriação, utilizados pela INOVA na sua atividade, bem como os direitos de superfície e de servidão contratados e constituídos a seu favor;



- b. Os direitos privativos de propriedade intelectual e industrial de que a INOVA seja ou venha a ser titular;
 - c. Quaisquer fundos ou reservas consignados à garantia do cumprimento de obrigações da INOVA;
 - d. A totalidade das relações jurídicas que se encontrem em cada momento necessariamente conexas com a continuidade da exploração, nomeadamente laborais, de empreitada, de locação, de prestação de serviços, de aprovisionamento ou de fornecimento de materiais necessários à mesma.
- 4. Os bens imóveis e os direitos afetos ao contrato de gestão só podem ser alienados, transmitidos ou por qualquer modo onerados, após autorização do MUNICÍPIO, que fixará a afetação da quantia obtida, ponderando, entre outros aspetos, o investimento a cargo da INOVA.
 - 5. A INOVA pode alienar e adquirir bens móveis por motivos de ordem técnica ou económica, desde que salvaguardada a existência de bens funcionalmente aptos à prossecução das atividades delegadas, sem necessidade de autorização do Município, sem prejuízo da necessidade de comunicação.
 - 6. Na afetação dos bens a título oneroso, o seu valor não pode ultrapassar o respetivo valor líquido contabilístico, determinado nos termos da legislação aplicável, cabendo a uma entidade independente a realização da respetiva avaliação.
 - 7. Tornando-se desnecessários à prestação dos serviços, os bens cedidos temporariamente são devolvidos ao Município.
 - 8. Quando, por exigência legal, os bens previstos no número anterior devam ser desativados, compete à Entidade Gestora assumir essa tarefa e respetivos encargos.
 - 9. Consideram-se, ainda, propriedade da Entidade Gestora quaisquer fundos ou reserva consignados à garantia do cumprimento das obrigações da Entidade Gestora.
 - 10. Após a extinção do contrato, por qualquer causa, os bens afetos ao serviço reverterem para o Município, pelo respetivo valor líquido contabilístico.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Cláusula 9ª

(Propriedade dos bens e regime dos contratos afetos ou associados ao contrato de gestão)

1. Durante a vigência do contrato de gestão, e sem prejuízo do disposto nos números seguintes, a INOVA detém a propriedade dos bens afetos aos sistemas que não pertençam ao Município, designadamente dos bens que por ela forem construídos ao abrigo do presente contrato e será titular dos contratos referidos na alínea d) do n.º 3 da cláusula oitava.
2. Os trabalhadores, funcionários e agentes que integram os quadros de pessoal do Município podem, de acordo com as modalidades previstas na lei, exercer funções na INOVA.
3. O quadro de pessoal da INOVA é aprovado pelo Município, bem como as suas alterações e deve ser definido por referência ao número mínimo de trabalhadores necessários ao normal funcionamento dos sistemas.

Cláusula 10ª

(Manutenção dos bens e meios afetos ao contrato de gestão delegada)

A INOVA obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, a expensas suas, os bens e meios afetos aos sistemas durante o prazo de vigência deste contrato, efetuando para tanto as reparações, renovações, adaptações e tudo o mais que se torne necessário ao bom desempenho do serviço público.

Capítulo III

Obrigações da Empresa Municipal Delegatária

Cláusula 11ª

(Objetivos e Iniciativas Estratégicas)

1. No âmbito da delegação dos serviços previstos no presente contrato, a INOVA, deverá garantir o equilíbrio ótimo entre a qualidade de serviço e o seu custo, para um nível de risco aceitável e que assegure a recuperação dos gastos, procurando ser uma Entidade Gestora de referência a nível nacional e contribuir para que Cantanhede seja um dos Concelhos com melhor qualidade de vida do país.

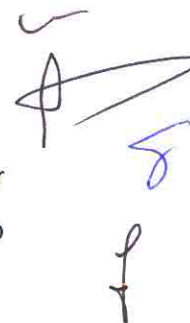
✓
f

2. Para cumprir os aspetos contantes do número anterior, são definidos no Anexo IV ao presente contrato, os objetivos estratégicos, identificando para cada um deles as medidas de desempenho, onde se inclui os indicadores para regulação e as respetivas iniciativas a desenvolver no sentido de cumprimento das metas estabelecidas.
3. Como instrumento de gestão para avaliação do desempenho e controlo do cumprimento da estratégia organizacional deverá ser utilizado um quadro de bordo de apoio à gestão, suportado no conceito de *Balanced Scorecard*.
4. Os objetivos estratégicos e as metas temporais e indicadores que permitem aferir o seu sucesso, são definidos vinculativamente até 31 de Dezembro de 2018, sendo revistos posteriormente de cinco em cinco anos.
5. Nos objetivos e estratégia da INOVA serão ainda tidos em conta no SAA e no SAR a estratégia e correspondentes objetivos definidos nos planos estratégico e tático do sistema de gestão patrimonial de infraestruturas (GPI), que se integrarão de forma articulada no instrumento de gestão mencionado no nº3.

Cláusula 12ª

(Plano de Investimento)

1. A INOVA deverá cumprir o plano de investimento definido no estudo de viabilidade económico-financeira (doravante EVEF) dos sistemas constituído pelo Anexo V ao presente contrato, desde que garantidas as respetivas fontes de financiamento e o necessário equilíbrio financeiro previsto no referido estudo.
2. O plano de investimento vigora vinculativamente até 31 de Dezembro de 2018, sendo revisto posteriormente de cinco em cinco anos.
3. Qualquer das partes poderá, em qualquer momento, propor, por escrito, à outra, alterações ao plano de investimento em vigor, que entenda úteis, necessárias ou convenientes para:
 - a. Corrigir erros na sua forma ou estrutura ou proceder à respetiva atualização;
 - b. Refletir as alterações relevantes que exijam uma adaptação do plano de investimento;
4. Caso as alterações ao investimento a que se refere o nº3 não ocorram no momento da revisão periódica do contrato (de 5 em 5 anos), devem os impactos financeiros dessas

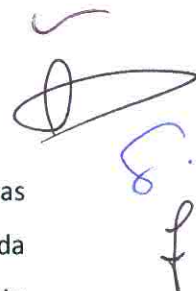


alterações ser refletidos na revisão subsequente ou em revisão extraordinária intercalar sujeita a parecer vinculativo da ERSAR nos termos previstos no nº 6 do artigo 29º do Decreto-lei nº194/2009, de 20 de agosto.

Cláusula 13ª

(Sanções pelo incumprimento)

1. São considerados incumprimentos graves da INOVA, os seguintes aspetos:
 - a. O abandono ou a suspensão injustificada da exploração dos sistemas;
 - b. A falta de cumprimento das decisões da respetiva entidade reguladora;
 - c. A falta de cumprimento das ordens ou instruções emitidas pelo Município de Cantanhede;
 - d. A falta de cumprimento das obrigações de manutenção, conservação e renovação das infraestruturas, indispensáveis ao seu bom funcionamento;
 - e. A verificação de perturbações ou deficiências graves na sua organização e funcionamento ou no estado geral das infraestruturas, instalações, equipamentos e quaisquer outros bens afetos aos sistemas;
 - f. O incumprimento reiterado do plano de investimento definido no EVEF, quando estejam garantidas as respetivas fontes de financiamento e o necessário equilíbrio financeiro previsto no referido estudo.
 - g. A obtenção de uma avaliação anual inferior a 50%, de acordo com os critérios enunciados com o anexo IV.
2. Em caso de incumprimento das obrigações emergentes do contrato, o Município pode exigir da Entidade Gestora o pagamento de uma multa de montante a fixar entre 10,00€ e 30,00€ por cada dia de incumprimento.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município tem em conta, nomeadamente, a eventual reiteração, o grau de culpa da entidade Gestora e as consequências do incumprimento.
4. Em qualquer caso, as penalidades devidas nos termos dos números anteriores nunca podem exceder o montante máximo de 5.000,00€.



5. A aplicação das multas previstas nesta cláusula não prejudica a aplicabilidade de outras sanções previstas em lei ou regulamento, nem isenta a Entidade Gestora da responsabilidade civil, criminal e contraordenacional em que incorrer perante o Município ou terceiros.
6. O valor resultante da aplicação das multas previstas na presente cláusula reverte para um fundo gerido pela Entidade Gestora, destinado a complementar o financiamento dos tarifários sociais.
7. Quando verificada qualquer das situações referidos no anterior número 1 de forma reiterada, ou que coloque em causa o interesse público, poderá o Município revogar o presente contrato de gestão delegada.
8. A aplicação de quaisquer multas previstas nesta cláusula ou a revogação deste contrato prevista no número 7, está sujeita a audiência prévia da Entidade Gestora, a exercer nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo, podendo ser solicitado o parecer da entidade reguladora sobre a verificação do incumprimento alegado pelo Município.
9. O incumprimento de qualquer um dos aspetos referidos no número 1 por causa exclusivamente imputável a uma situação de força maior tal como as previstas na alínea c) do nº1 da cláusula 23ª, não será considerado um incumprimento grave.

Capítulo IV

Condições Financeiras

Cláusula 14ª

(Financiamento)

1. A INOVA adotará e executará, tanto no que diz respeito ao seu plano de investimento como na correspondente exploração e gestão do SAA, SAR e SRU, o esquema financeiro constante do EVEF ou do EVEF revisto nos termos do presente contrato, o qual se baseia nas seguintes fontes de financiamento:
 - a. O capital da INOVA;
 - b. As participações financeiras e os subsídios atribuídos à INOVA;



- c. As receitas provenientes das tarifas e dos preços pelos serviços auxiliares cobrados pela INOVA;
 - d. Quaisquer outras formas de financiamento, designadamente empréstimos;
2. Não existe qualquer obrigação da Entidade Delegante quanto ao financiamento da prestação dos serviços regulados, nomeadamente através da atribuição de subsídios ou outras transferências financeiras, com exceção do n.º2 da cláusula 23ª do presente contrato.

Cláusula 15ª

(Critérios para a fixação das tarifas)

- 1. Durante o período de vigência do contrato de gestão delegada vigora um modelo tarifário do tipo custo de serviço, em que as tarifas a praticar correspondem a tarifas necessárias, ou seja, a tarifas que permitem a recuperação anual de todos os gastos devidos em cenário de eficiência para suportar cada uma das atividades, em condições de assegurar a qualidade dos serviços, durante e após o termo do presente contrato, o respetivo equilíbrio económico-financeiro, a gestão eficiente dos sistemas e a acessibilidade aos serviços públicos por parte dos utilizadores, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 2. Os gastos referidos no nº 1 da presente cláusula visam, designadamente:
 - a. A reintegração e a amortização, em prazo adequado e de acordo com as práticas contabilísticas aplicáveis, do valor dos ativos afetos à prestação dos serviços, resultantes de investimentos realizados com a implantação, a manutenção, a modernização, a reabilitação ou a substituição de infraestruturas, equipamentos ou meios afetos aos sistemas;
 - b. Os gastos operacionais, designadamente os incorridos com a aquisição de materiais e bens consumíveis, transações com outras entidades prestadoras de serviços de águas e resíduos, fornecimentos e serviços externos, incluindo os valores resultantes da imputação aos serviços de gastos com atividades e meios partilhados com outros serviços efetuados pela INOVA, ou incorridos com a remuneração do pessoal afeto aos serviços;
 - c. Os gastos financeiros imputáveis ao financiamento dos serviços e, quando aplicável, a adequada remuneração do capital investido;

- d. Os encargos que legalmente impendam sobre a prestação dos serviços, nomeadamente os de natureza tributária;
3. Para efeitos do princípio da recuperação dos gastos, deve ainda atender-se aos rendimentos alheios às tarifas, nomeadamente às comparticipações e aos subsídios a fundo perdido, de acordo com o prazo de reintegração e amortização dos ativos resultantes de investimentos subsidiados, aos subsídios à exploração que, por razões excecionais de natureza social, sejam afetos à prestação destes serviços, e a outros rendimentos associados à prestação dos serviços ou ao aproveitamento dos meios a eles afetos.
4. Os gastos específicos associados à limpeza urbana não fazem parte do universo de gastos a recuperar por meio do tarifário dos serviços de gestão de resíduos urbanos.

Cláusula 16ª

(Remuneração do capital acionista)

Não está prevista qualquer remuneração do capital acionista.

Cláusula 17ª

(Estrutura tarifária)

A estrutura tarifária é a constante do Anexo VI e que se encontra em conformidade com as Recomendações Tarifárias da ERSAR e de acordo com o EVEF.

Cláusula 18ª

(Desvios tarifários)

1. Por desvios tarifários entende-se a diferença, quando a houver, entre o volume de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos gastos incorridos pela INOVA, incluindo os impostos sobre os resultados da empresa, resultantes de ineficiência e/ou de fatores exógenos da Entidade Gestora, e o volume dos rendimentos efetivamente arrecadado em cada um dos exercícios económicos.
2. A verificar-se a situação referida no número anterior, o desvio, em concreto, deve ser evidenciado nos documentos de prestação de contas a remeter ao acionista e ser objeto, por este, de deliberação expressa no sentido do seu reconhecimento.



✓
f

3. As tarifas deverão refletir somente os desvios tarifários gerados por fatores exógenos à Entidade Gestora.
4. Os desvios tarifários gerados durante o primeiro período tarifário deverão ser refletidos nas tarifas até ao termo do período tarifário subsequente.
5. No período tarifário subsequente, os desvios tarifários que se gerarem são integralmente refletidos no período tarifário seguinte.
6. A INOVA pode ceder a terceiros, para quaisquer efeitos, no todo ou em parte, o direito a receber através das tarifas o montante do desvio tarifário, quando aplicável.

Cláusula 19ª

(Períodos Tarifários)

Durante a vigência do contrato de gestão delegada, existem três períodos tarifários, divididos cada um, de 5 em 5 anos, sendo o primeiro a vigorar, o que diz respeito ao período entre a celebração do presente contrato e o termo do ano civil de 2018.

Cláusula 20ª

(Fixação, atualização e revisão das tarifas)

1. A tabela de tarifas e preços pelos serviços auxiliares a vigorar no ano de celebração do presente contrato é a que consta do anexo VI ao presente contrato.
2. A trajetória tarifária prevista para o primeiro período tarifário, expressa a preços constantes do ano de 2013 consta do EVEF, devendo ser atualizada com base nos índices de atualização previstos no anexo VII ao presente contrato.
3. Para que seja possível alterar nos anos subsequentes a 2014, a estrutura de preços da tabela referida no n.º 1 e com isso atingir a implementação integral das recomendações tarifárias do regulador, é possível a aplicação distinta, da combinação da trajetória tarifária prevista no EVEF com o índice de atualização que consta do anexo VII, desde que com isso, não resulte uma receita tarifária superior à prevista no EVEF, a preços correntes.
4. Findo o primeiro período tarifário, haverá lugar à revisão obrigatória do EVEF e dos respetivos pressupostos de base.



✓
A
8
f

5. Na sequência do disposto no número anterior, fixar-se-ão as tarifas e os preços pelos serviços auxiliares a vigorar no período tarifário seguinte, tendo em conta os princípios e critérios definidos na cláusula 15ª do presente contrato.
6. O tarifário é aprovado pela Entidade Titular até ao termo do ano civil anterior àquele a que respeita.
7. A proposta de atualização a apresentar pela Entidade Gestora, em conformidade com os índices previstos no anexo VII e respetiva nota justificativa, será enviada pela Entidade Titular à ERSAR para obtenção de parecer obrigatório sobre a mesma.
8. Após recebimento do parecer pode haver lugar à aprovação do tarifário pela Entidade Titular, devendo o mesmo ser publicado e entrando em vigor 15 dias após a publicação.
9. A primeira fatura subsequente à atualização deve conter a informação sobre esta.
10. A Entidade Gestora remete à ERSAR o tarifário aprovado juntamente com a deliberação que o aprovou, no prazo de 10 dias após essa aprovação.

Capítulo V

Relação com o Município de Cantanhede

Cláusula 21ª

(Poderes do Município)

O MUNICÍPIO dispõe dos seguintes poderes relativamente à atividade da INOVA, sem prejuízo dos estabelecidos nos seus estatutos:

- a. Definição dos objetivos previstos na cláusula 11ª, que devem nortear as revisões do contrato de gestão delegada;
- b. Aprovação do tarifário dos serviços para os períodos vinculativos e ratificação das atualizações anuais;
- c. Modificar unilateralmente o presente contrato, respeitado que esteja o seu âmbito e objeto, incluindo modificações ao plano de investimentos previsto;
- d. Autorizar o exercício de atividades complementares e acessórias pela INOVA. Neste caso será informada a entidade reguladora de tal facto;



✓
A
G.
f

- e. Autorizar aumentos de capitais propostos pela INOVA;
- f. Aplicar as sanções de acordo com o previsto na cláusula 13ª do presente contrato.
- g. A emissão de ordens ou instruções relativamente às atividades delegadas, bem como de definição das modalidades de verificação do cumprimento das mesmas.

Cláusula 22ª

(Responsabilidade civil extracontratual e responsabilidade ambiental)

- 1. No momento da celebração do presente contrato a responsabilidade civil extracontratual da INOVA deve estar coberta por uma apólice de seguro e cujo montante deverá ser aprovado pelo Município.
- 2. A responsabilidade ambiental da INOVA deve estar coberta por seguro de acordo com a legislação em vigor.

Cláusula 23ª

(Riscos não transferidos pelo Município)

- 1. Permanece da responsabilidade do Município o impacte financeiro decorrente da verificação dos seguintes riscos:
 - a. Atrasos na disponibilização de bens do domínio municipal;
 - b. Modificação unilateral do contrato de gestão delegada, exceto modificações impostas ao plano de investimento, caso em que é aplicável o n.º 4 da cláusula 12ª;
 - c. Casos de força maior cujos efeitos se produzam independentemente da vontade da INOVA, tais como desastres naturais, epidemias, conflitos armados e atos de terrorismo;
- 2. O impacte financeiro da verificação dos riscos previsto no número anterior deve ser objeto de quantificação, circunscrita ao período vinculativo em curso, acordada entre as partes, e ser regularizado através de transferência financeira direta entre as partes.
- 3. O Município de Cantanhede responde perante terceiros por danos causados pela INOVA no desenvolvimento das atividades delegadas quando não haja seguro e esteja esgotado o seu património.

Capítulo VI

Revisão, Cedência de Posição e Cessação do Contrato de Gestão Delegada

Cláusula 24ª

(Revisão do Contrato de Gestão Delegada)

1. Findo o primeiro período vinculativo, haverá lugar à revisão dos aspetos relativos às cláusulas 11ª, 12ª, 14ª e 21ª do presente contrato, incluindo um relatório comparativo do histórico do seu cumprimento.
2. Essa revisão deverá ainda ser acompanhada dos seguintes elementos:
 - a. A evolução das principais variáveis operacionais;
 - b. Uma análise custo-benefício dos principais novos investimentos propostos;
 - c. Demonstrações financeiras e plano de financiamento;
3. Os elementos descritos nos números anteriores devem incluir os dados históricos reportados aos últimos 5 anos, e os dados previsionais para um horizonte temporal de 15 anos, sendo os aspetos referidos nas cláusulas 11ª, 12ª, 14ª e 21ª do presente contrato, definidos vinculativamente para o período subsequente de 5 anos.
4. A entidade reguladora é ouvida sobre a revisão do contrato de gestão delegada.
5. O reequilíbrio económico-financeiro do presente contrato no termo do primeiro período tarifário pressupõe a verificação de um desvio entre os pressupostos que estiveram na base de elaboração do EVEF em vigor e os encargos incorridos, resultante de uma qualquer combinação de fatores que impeça a recuperação da totalidade dos encargos, incluindo os encargos fiscais, sem prejuízo do disposto na cláusula 15ª.
6. Eventuais revisões extraordinárias intercalares da trajetória tarifária em vigor devem ser previamente autorizadas pelo Município, após parecer vinculativo da entidade reguladora.

Cláusula 25ª

(Cedência de posição do contrato de gestão delegada)

1. A INOVA não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização do Município.

Handwritten signatures and initials in blue and black ink.

2. A INOVA pode, em todo o caso, contratar com terceiros, as atividades de operação e manutenção inerentes ao normal funcionamento dos serviços delegados no presente contrato, bem como as decorrentes da reparação, da renovação e da manutenção de infraestruturas e equipamentos e respetiva melhoria.

Cláusula 26ª

(Cessação do contrato de gestão delegada)

A extinção do contrato de gestão, qualquer seja a sua causa, implica a imediata assunção direta pelo Município de todos os respetivos direitos, obrigações e responsabilidades, incluindo os decorrentes de contratos celebrados entre a INOVA e terceiros que tenham por objeto o financiamento ou os previstos no n.º2 da cláusula 25ª.

Cláusula 27ª

(Monitorização da execução do contrato)

A INOVA elaborará relatório anual informativo do grau de cumprimento dos objetivos e metas do presente contrato, divulgando-o também ao público através da sua página na Internet.

Cláusula 28ª

(Recurso à arbitragem)

1. Em caso de desacordo ou litígio relativamente à interpretação ou execução deste contrato, as partes diligenciarão no sentido de alcançar, por acordo amigável, uma solução adequada e equitativa.
2. No caso de não ser possível uma solução negociada e amigável nos termos previstos no número anterior, cada uma das partes pode a todo o momento recorrer à arbitragem, nos termos seguintes.
3. A arbitragem será realizada por um tribunal arbitral, que julgará segundo o direito constituído nos termos desta cláusula e de acordo com o estipulado na Lei.
4. O tribunal será composto por um só árbitro nomeado pelas partes.
5. Na falta de acordo quanto à nomeação desse árbitro, o tribunal será composto por três árbitros, um dos quais será nomeado pela Entidade Gestora, outro pela Entidade Titular e o terceiro, que exercerá as funções de presidente do tribunal, será cooptado por aqueles.



✓
[Handwritten signature]

6. Na falta de acordo, o terceiro árbitro será nomeado pelo presidente de Tribunal Judicial de Cantanhede.
7. O tribunal arbitral funcionará em Cantanhede.

Cláusula 29ª

(Interpretação)

1. Em caso de dúvidas ou omissões na interpretação dos diferentes instrumentos contratuais que regem a gestão do serviço delegado, e que não possam ser esclarecidas com recurso às normas legais aplicáveis, devem ser observados os seguintes documentos, com a ordem de prevalência em que são apresentados:
 - a. Escritura pública de constituição da Entidade Gestora e respetivos Estatutos;
 - b. Contrato de gestão delegada;
 - c. Protocolos de transferência dos ativos e passivos e de cedência dos recursos humanos entre o Município e a Entidade Gestora.

Cláusula 30ª

(Disposições finais)

1. Sem prejuízo da revisão dos regulamentos de serviço em vigor, este mantêm-se em vigor em tudo o que não seja contrariado pelo presente contrato e pela lei.
2. Salvo disposição expressa em contrário, sempre que nos termos do presente contrato existir obrigação de comunicação a um dos contraentes, a falta de resposta no prazo de 60 (sessenta) dias úteis confere à outra parte a faculdade de presumir deferida a sua pretensão.

Paços do Município de Cantanhede, 2013-12-27

Pelo Município de Cantanhede,

João Carlos Vidaurre Pais de Moura




Pela INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA

António do Patrocínio Alves



Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira



Serafim Castro Pires



Anexos

Anexo I- Planta do SAA

Anexo II- Planta do SAR

Anexo III- Planta do SRU

Anexo IV- Objetivos e Iniciativas Estratégicas

Anexo V- Estudo de Viabilidade Económico- Financeira

Anexo VI- Tabela de tarifas e preços de 2014

Anexo VII- Índices de atualização tarifária

Anexo VIII- Relação dos bens afetos ao contrato